



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PROJETO BÁSICO

Processo nº 50500.099723/2021-28

1. OBJETO

1.1. Credenciamento, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de Pessoas Jurídicas que atendam às condições de habilitação e que tenham capacidade técnica para eliminação de, no mínimo, 100 (cem) mil documentos/processos a cada contratação requisitada pela Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT.

1.2. Mediante a formalização de contratos específicos, deverão ser realizados os serviços de coleta, transporte, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada de documentos/processos que cumpriram seu prazo legal de guarda, de acordo com as normas do Arquivo Nacional - AN e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A ANTT vem atuando de forma ativa na expansão e aprimoramento da Gestão Documental, a qual engloba o tratamento, guarda e destinação de documentos produzidos e recebidos no âmbito de suas atividades.

2.1.2. Tendo em vista que a manutenção e guarda de arquivos físicos desnecessários acarreta um custo financeiro elevado aos cofres públicos, faz-se necessário implementar a Política de Descarte, regulamentada pelas Resoluções CONARQ nº 40/2014 e 44/2020, que contém a seguinte previsão:

"A eliminação de documentos arquivísticos públicos e de caráter público será efetuada por meio de **fragmentação manual ou mecânica**, pulverização, desmagnetização ou reformatação, com garantia de que a descaracterização dos documentos não possa ser revertida";

2.1.3. A ANTT não possui, em seu corpo técnico, profissionais habilitados e qualificados para o exercício da atribuição, conforme legislação em vigor, bem como capacidade operacional para arcar com os custos de transporte, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada aos documentos/processos que cumpriram seu prazo legal de guarda. Dessa forma, esta CGDOC propõe o cadastro e credenciamento de Pessoas Jurídicas, para execução desses serviços.

2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Sobre os benefícios a serem alcançados pelo credenciamento de empresas, nos termos pretendidos, destacam-se:

- I - Maior agilidade no processo de destinação final de documentos;
- II - Melhor aproveitamento do espaço físico da Agência;
- III - Adoção, pela ANTT, de medida sustentável;
- IV - Economia na prestação de serviço, haja vista que não haverá contrapartida financeira;
- V - Distribuição de renda e geração de empregos; e
- VI - Diminuição da poluição urbana, redução do impacto negativo que o uso de papel causa ao meio ambiente.

2.3. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

2.3.1. Quanto ao alinhamento do credenciamento pretendido com os instrumentos de gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres, informa-se que a destinação final de documentos que cumpriram seu prazo de guarda e, portanto, perderam seu valor para a Administração Pública, está em consonância com as metas pactuadas no âmbito do Programa TransformaGov. Por sua vez, dentre os objetivos do Planejamento Estratégico da ANTT, existe a previsão de "Aperfeiçoar processos, normativos e marco regulatório, com base em evidências, no uso intensivo de tecnologia da informação e na participação social", que também está aderente à execução da melhoria do processo de gestão documental.

2.3.2. Não há custos a serem arcados pela ANTT, portanto não se aplica a necessidade de aderência ao Plano Anual de Contratação.

2.4. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

2.4.1. O procedimento pretendido para eliminação de documentos da Agência está de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pela Lei nº 12.305/2010, que tem como prioridade a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

2.5. PROCESSO DE DESCARACTERIZAÇÃO DOCUMENTAL

2.5.1. A descaracterização documental é imprescindível e necessária por se tratar de um processo de eliminação de documentos oficiais e/ou que contenham dados pessoais de terceiros. A segurança das informações, tais como as contidas em contratos e documentos oficiais registrados em papel, precisam de uma eliminação específica que os inutilize por completo. É essencial que essa eliminação envolva a destruição dos documentos, de modo que as informações não possam ser reconstituídas e levadas a conhecimento do público ou de outros interessados.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, alterado pelo Decreto 10.183, de 20 de dezembro 2019, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão credenciador, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os profissionais contratados e a Administração, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O presente instrumento pretende realizar o credenciamento de Pessoas Jurídicas, para a execução de serviço de destinação final de documentos/processos aptos à eliminação pela ANTT, nos termos das Resoluções CONARQ nº 40/2014 e nº 44/2020. O serviço consistirá na coleta, transporte em veículo próprio, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada.

4.2. A pesagem do objeto será procedida, obrigatoriamente, na presença do servidor da ANTT designado para acompanhar a emissão de documento no qual constará, no mínimo, as seguintes informações:

4.2.1. quantidade de quilos de papel;

4.2.2. nome, matrícula e assinatura do servidor.

4.3. Adotar-se-á a mensuração de quilograma de papel como métrica de medida para ressarcimento à Contratante do fornecimento do resíduo reciclável.

4.4. A Contratada pagará, em moeda corrente no País, a importância por quilograma, descrita no item 9.1, que será creditada por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU.

4.5. A Contratada efetuará o pagamento à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após emissão da Nota de Venda, em moeda corrente, no valor correspondente a efetiva retirada do material. Em caso do quinto dia não ser dia útil, o pagamento respectivo deverá ser realizado no primeiro dia útil subsequente.

4.6. Caso não seja efetuado o pagamento no prazo estipulado no item 4.5, a Contratante cobrará a correção monetária correspondente, bem como juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao dia, estipulado neste Projeto Básico.

4.7. Serão de inteira responsabilidade da Contratada as despesas financeiras e licenças necessárias para a completa prestação do serviço.

4.8. A coleta deverá ser realizada na Sede da ANTT, em Brasília/DF, no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES Trecho 3 Lote 10 Projeto Orla Polo 8 - Brasília/DF - CEP 70200-003 e na Garagem do Ministério da Infraestrutura - MINFRA, no endereço SGON - Q2 - Brasília/DF - CEP 70297-400.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1. Estão aptas a participar do credenciamento Pessoas Jurídicas que estiverem adimplentes junto à Receita Federal do Brasil (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ativo), devidamente registradas na Junta Comercial do Distrito Federal, possuírem alvará de funcionamento, matrícula no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e atenderem às exigências contidas no Edital e neste Projeto Básico.

5.2. O postulante ao credenciamento deverá apresentar atestado de capacidade técnica que contemple a execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do objeto deste credenciamento, ou seja, 50 (cinquenta) mil documentos/processos coletados, transportados, pesados, fragmentados/triturados de forma assistida e adequadamente destinados.

5.3. Não poderão participar do credenciamento empresa:

I - Cujos sócios possuam parentesco até o segundo grau de servidores da ANTT;

II - Que tiver sido punida com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Federal, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Federal, Estadual ou Municipal;

III - Que não preencher as condições de credenciamento estipuladas no Edital.

5.4. A participação do credenciamento implica em aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e neste Projeto Básico, além do exposto cumprimento do disposto nas Resoluções CONARQ nº 40, de 9 de dezembro de 2014 e nº 44, de 14 de fevereiro de 2020. O descumprimento de qualquer dessas condições implicará no imediato descredenciamento da empresa;

5.5. A Pessoa Jurídica deverá possuir infraestrutura para realizar a coleta, transporte, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada;

5.6. Com o intuito de possibilitar o controle da eliminação dos papéis, somente poderão participar do certame Pessoas Jurídicas cuja sede de operação se encontre num raio de até 40 (quarenta) km de distância da sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

5.6.1. A exigência acima mencionada se justifica diante a necessidade de acompanhamento e vistoria, por servidor indicado pela ANTT, de todo o procedimento de destinação final dos papéis. A eliminação deverá ser monitorada e seguir todos os procedimentos específicos voltados para a manutenção do sigilo do conteúdo dos documentos a serem descartados.

5.7. Trata-se de contratação de serviço comum de caráter eventual, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do supracitado decreto, cuja execução indireta é vedada.

6. DO SORTEIO PARA ORDENAÇÃO DAS CREDENCIADAS

6.1. Em data e horário, previamente fixados, a ANTT realizará, em uma sessão pública, sorteio para definir o ordenamento no banco de credenciados;

6.2. Somente participarão do sorteio as empresas que tenham sido habilitadas nos prazos previamente estabelecidos no Edital;

6.3. O banco de credenciados será dividido em dois blocos, um composto pelas associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e outro composto pelas demais pessoas jurídicas, formados segundo a ordem do sorteio, até que todas as Pessoas Jurídicas habilitadas tenham sido sorteadas e ordenadas;

6.4. Somente após o sorteio para o ordenamento do banco de credenciamento, a ANTT convocará para assinar o contrato;

6.5. A convocação para assinatura do contrato de prestação de serviços obedecerá ao ordenamento obtido por meio do sorteio efetuado de acordo com os itens 6.2 a 6.4, sendo convocados, prioritariamente, os sorteados do bloco de associações e cooperativas, e, depois de esgotado o bloco de associações e cooperativas, serão convocados os sorteados do bloco das demais pessoas jurídicas;

6.6. A Pessoa Jurídica realizará coleta, transporte em veículo próprio, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada, conforme itens 4.1 e 4.2;

6.7. Havendo necessidade de realização de novo processo de eliminação de documentos/processos será convocada a próxima Pessoa Jurídica do banco de credenciados;

6.8. Em caso de não comparecimento no prazo de 5 (cinco) dias após a convocação, a ANTT poderá convocar o próximo credenciado do banco para promover a assinatura do contrato;

6.9. A credenciada que não se apresentar para assinatura do contrato, na sua ordem de convocação, só será demandada novamente após a convocação de todos os demais que compõem o banco de credenciados;

6.10. Quando todos os credenciados forem demandados, a distribuição das eliminações será reiniciada;

6.11. A credenciada que recusar o serviço durante a validade do contrato terá seu contrato rescindido e o próximo na ordem do banco de credenciados será convocado.

7. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

7.1. A vigência do credenciamento será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União, para execução de coleta, transporte, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada de documentos/processos de propriedade da ANTT.

8. UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

8.1. Será adotado o quilograma (Kg) de papel como unidade de medida.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Pela prestação dos serviços a contratada credenciada pagará a ANTT, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme levantamento de mercado:

Item	Descrição do Item (Objeto)	Quantidade	Unidade de Medida	Valor
01	Papel branco	01	Kg	R\$ 0,25
02	Papel misto	01	Kg	R\$ 0,05

9.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da homologação do credenciamento.

9.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

9.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10. VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. A vigência inicial do contrato será de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua assinatura, prazo em que deverá ser realizada a coleta, transporte, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada de documentos/processos de propriedade da Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT.

10.2. A Contratante emitirá Ordem de Serviço, que deverá ser devolvida assinada pela Contratada em até 2 (dois) dias úteis, na qual será ajustado o prazo de execução a depender do quantitativo de documentos/processos que serão fragmentados/triturados, obedecendo o mínimo de 100 (cem) mil documentos/processos, aproximadamente 600 (seiscentos) metros lineares.

10.3. Em que pese o prazo de execução poder se estender por vários dias, respeitada a vigência contratual, os documentos/processos retirados das dependências da ANTT em um dia deverão ser fragmentados/triturados de maneira assistida, dentro desse mesmo dia.

10.4. Caso todas as fases do processo não sejam concluídas por motivo de caso fortuito ou força maior, os documentos/processos retirados das dependências da ANTT e não triturados/fragmentados no mesmo dia deverão ser alocados em área coberta por câmeras de segurança e deverá ser encaminhada uma justificativa, no dia útil seguinte, detalhando o ocorrido.

10.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas prevista na Lei nº 8.666/1993, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, art. 66, da referida lei.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Coletar os resíduos recicláveis nos dias, horários e locais acordados com a Agência, de forma adequada e utilizando transporte próprio.

11.2. Tomar as providências necessárias para corrigir qualquer falha no processo de coleta.

11.3. Realizar procedimentos de higienização dos processos/documentos entregues pela ANTT, quando necessários, a fim de proceder com a fragmentação/trituração e destinação final ambientalmente adequada.

11.4. Emitir todas as licenças necessárias para recolhimento, transporte, fragmentação/trituração e destinação final ambientalmente adequada, sob suas expensas.

11.5. Pagar, em moeda corrente no País, a importância por quilograma, descrita no item 9.1, que será creditada por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado pela autoridade competente da Contratante, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços fixando prazo para a sua correção.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Projeto Básico.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por servidor da Contratante, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei no 8.666, de 1993, e do art. 60 do Decreto no 2.271, de 1997;

14.2. O responsável pela fiscalização deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

14.3. O fiscal da contratação deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei no 8.666, de 1993;

14.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O servidor designado deverá acompanhar, a coleta, transporte, pesagem, fragmentação/trituração assistida e destinação final ambientalmente adequada de todos documentos/processos recolhidos pela credenciada.

15. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- I - Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - II - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - III - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - IV - Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - V - Cometer fraude fiscal.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- I - Advertência por será por escrito, quando não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - II - Suspensão do Credenciamento e impedimento de contratar com a ANTT, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
 - III - Sanção de impedimento de contratar com órgãos e entidades da União, com consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - IV - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contrata ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; e
 - V - Multa de mora de 1% (um por cento) ao mês, no caso de descumprimento do pagamento a importância por quilograma, descritos no item 4.5.
- 15.3. E ainda, fica sujeita às penalidades do art. 67, III e IV, da Lei 8.666/1993, a Contratada que:
- I - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II - Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e
 - III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa à Contratada, nos termos da Lei nº 8.666/1993 , e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999;
- 15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Felipe de Farias Nunes	Matrícula/SIAPE: 2072406
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>FELIPE DE FARIAS NUNES</div> <div>Técnico Administrativo</div>	
Nome: Alisson Silva de Asevedo	Matrícula/SIAPE: 1634093
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>ALISSON SILVA DE ASEVEDO</div> <div>Analista Administrativo</div>	
Nome: Valéria de Melo Caetano	Matrícula/SIAPE: 1241565
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>VALÉRIA DE MELO CAETANO</div> <div>Coordenadora de Gestão Documental e Processo Eletrônico</div>	
Aprovo este Projeto Básico	
Nome: Rafael Moya Fernandes Lopes	Matrícula/SIAPE:1534297
<div>(assinado eletronicamente)</div> <div>RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES</div> <div>Gerente de Recursos Logísticos</div>	

Aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente	
Nome: Eduardo José Marra	Matrícula/SIAPE: 1533949
<p>Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Projeto Básico, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.</p>	
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>EDUARDO JOSÉ MARRA</p> <p>Superintendente de Gestão Administrativa</p>	



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON SILVA DE ASEVEDO, ANALISTA ADMINISTRATIVO**, em 26/12/2022, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE DE FARIAS NUNES, TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, em 26/12/2022, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALÉRIA DE MELO CAETANO, Coordenador(a)**, em 26/12/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 26/12/2022, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA FATIMA DA FONSECA ALVES, Superintendente Substituto(a)**, em 02/01/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14813702** e o código CRC **28607D98**.